Assembleia Legisla



Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba Casa de Epitácio Pessoa Gabinete do Deputado Branco Mendes

Projeto de Lei nº. . 368/2013.

Ementa: Determina o estabelecimento de orientação à população paraibana sobre o consumo ideal de água e, dá outras providencias.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARAÍBA, RESOLVE:

- Art. 1°. Fica estabelecido que a Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (Cagepa) fará a inclusão de tópico descritivo do consumo ideal de água, nas faturas mensais das unidades residenciais.
- §1°. Compreende-se como descrição do consumo ideal de água por unidade residencial, a discriminação na fatura mensal, da importância presumida máxima de consumo, em razão do tamanho do imóvel e da quantidade de moradores.
- §2º. A importância máxima acima referida deve vir destacada com a seguinte informação:

"CONSUMO IDEAL DA UNIDADE RESIDENCIAL"

- §3°. Para fins de visualização comparativa por parte do consumidor, a descrição do consumo ideal de água deve vir ao lado da discriminação do consumo efetivo da unidade residencial.
- §4°. Será grafada na cor verde a descrição do consumo ideal quando o efetivo consumo for inferior àquele presumido pela concessionária de energia elétrica; Na cor amarela quando for idêntica; E na cor vermelha, quando for superior.
- Art. 2°. Não poderá haver, sob qualquer hipótese, acréscimo na fatura do usuário em razão da obrigação contida no artigo anterior.
- Art. 3°. A discriminação do consumo ideal da unidade residencial é de natureza informativa, não podendo, sob hipótese alguma, ser aplicada qualquer tipo de penalidade aos consumidores que ultrapassarem o consumo hipotético ideal.

4

Art. 4°. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, atribuindo a fórmula de cálcula para o consumo ideal de água.

Art. 5° - A Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (Cagepa) dispõe do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da regulamentação da presente lei, para se adequar ao seu cumprimento.

Art. 6°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, da Casa de Epitácio Pessoa, 4 de abril de 2013.

Justificativa

Inimaginável a sociedade moderna sem água. Embora fundamental à sobrevivência das espécies, os humanos, que detêm o poder da consciência, não têm atentado para a importância da racionalização, ou consumo ideal. Portanto, é necessário que haja a participação da sociedade nesse processo, que deve se iniciar com persistentes campanhas de esclarecimento.

O uso racional de água é um dos principais enfrentamentos da sociedade do novo milênio e este projeto de lei, pretende, de forma imediata, informar ao cidadão, principal beneficiário, que o seu consumo está acima dos limites informados pelo Estado, sendo, portanto, uma medida educativa e corretiva.

Através da informação, passada aos cidadãos, pretende-se a diminuição gradativa do desperdício de água e, pedagogicamente, melhorar ou manter o consumo mensal, dentro dos padrões adequados.

Por não haver qualquer dificuldade na implantação, por ser medida de incentivo à racionalização de água, que, também, tem caráter ambiental, já que contribui para um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, espera a aprovação dos nobres pares.

Deputado



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA



REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

| Registro no Livro de Plenário Às flssob o nº368 Em09 /09 /2013 Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário | Constou no Expediente da Sessão Ordinária do da 19 104 12013 Div. de Assessoria ao Plenário Diretor |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em, O 9 / O 9 / 2013. Puccol Maia Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário | Remetido à Secretaria Legislativa No dia 1/2 /2013 Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo |
| | Publicado no Diário do Poder Legislativo no dia//2013 |
| À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para indicação do Relator | Secretaria Legislativa Secretário |
| Em/ 2013. | Designado como Relator o Deputado |
| Secretaria Legislativa Secretário | Em 23/10 7/2018 |
| Assessoramento Legislativo Técnico | Presidente |
| Em/2013 | Apreciado pela Comissão No dia//2013 |
| Secretaria Legislativa Secretário | Parecer Em/ Secretaria Legislativa |
| Aprovado em () Turno Em// 2013. | No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta () Pagina (s) e () Documento (s) em anexo. Em/ 2013. |
| Funcionário | Conclico Funcionário |



CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do que dispõe os §§ 1º e 2º do art. 139 da Resolução nº 1.578, de 19 de dezembro de 2012 (Regimento Interno) que não houve apresentação de Emendas no Protocolo Legislativo da Divisão de Assessoria ao Plenário, unidade de trabalho da Secretaria Legislativa, durante os 5 (cinco) dias úteis, após a publicação no Diário do Poder Legislativo, no que se refere ao Projeto de Lei nº 1.368/2013, de autoria do Deputado Branco Mendes, que "Determina o estabelecimento de orientação à população paraibana sobre o consumo ideal de água e dá outras providências".

Gabinete do Secretário Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 18 de abril de 2013.

Felix de Sousa Araújo Sobrinho Secretário Legislativo



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



PROJETO DE LEI N° 1368/2013

DETERMINAS O ESTABELECIMENTO DE ORIENTAÇÃO Á POPULAÇÃO PARAIBANA SOBRE O CONSUMO IDEAL DE ÁGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: Dep. Branco Mendes RELATORA: Dep. Léa Toscano

PARECER 1414 /2013

RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para analisar e exarar Parecer, ao Projeto de Lei nº 1.368/2013, de autoria do Deputado **Branco Mendes**. O qual determina o estabelecimento de orientação á população paraibana sobre o consumo ideal de água e, dá outras providências.

É O RELATÓRIO.



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

VOTO DO RELATOR



A Propositura legislativa tem por finalidade determinar o estabelecimento de orientação á população paraibana sobre o consumo ideal de água

Tramitação na sua forma regimental.

A matéria legislativa colide sob o aspecto meramente formal, com o Art. 63 § 1°, inciso II, alínea "e", da Constituição Estadual. Vejamos:

Art. 63...

§ 1° - São de iniciativa do Governo do

Estado as Leis que:

II - Dispõe sobre

e) Criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da administração pública.

Com efeito, urge ressaltar que conforme consta do preceito constitucional supracitado, cabe unicamente ao Governo do Estado, que envolve tal matéria.

Juridicamente, o presente Projeto tem grave e incontornável defeito, ERRO FORMAL.

Ante o exposto, nestas condições, o posicionamento desta Relatoria, com fulcro no Art. 63 - § 1° - II - alínea "e" da Constituição Estadual, opina pela **DECLARAÇÃO DE**



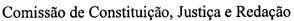
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei N° 1.368/2013, por erro formal de iniciativa. É o voto.

Sala das Comissões, 06 de maio 2013.

DEP.LEA TOSCANO RELATORA







VOTO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunida em sua plenitude, decide por acatar o voto emitido pelo Excelentíssimo Senhor Relator, recomendando a DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 1.368/2013.

É o PARECER.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2013.

Dep. JANDUHY CARNEIRO
PRESEDENTE

Apreciada Pela Comissão No Dia 14 1 09 13

V.....) Dep. LÉA TOSCANO

Dep DR. ANIBAL MEMBRO

DEP. OLENKA MARANHÃO

MEMBRO

MEMBRO

DED MITURIANO DE ABREU MEMBRO

Dep. JOÃO HENRIQUE

DEP. JUTAY MENESES

MEMBRO